

OS DISTRITOS MUNICIPAIS NO BRASIL: UMA LEITURA GEOGRÁFICA A PARTIR DE JAMAICA E JACIPORÃ, MUNICÍPIO DE DRACENA (SÃO PAULO/BRASIL)

THE MUNICIPAL DISTRICTS IN BRAZIL: A GEOGRAPHY READING OF JAMAICA AND JACIPORÃ, MUNICIPALITY OF DRACENA (SÃO PAULO/BRAZIL)

Maryna Vieira Martins Antunes¹, Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol¹

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, SP, Brasil

Correspondência para Maryna Vieira Martins Antunes (maryna.martins@yahoo.com.br)

doi: 10.12957/geouerj.2018.24942

Recebido em: 2 ago. 2016 | Aceito em: 16 fev. 2018



RESUMO

Busca-se apresentar e discutir os resultados da pesquisa de mestrado realizada nos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã, Dracena, Estado de São Paulo, cujo objetivo principal foi analisar as características econômicas, sociais e culturais engendradas na organização espacial dos distritos municipais, decorrentes das mudanças verificadas no setor agropecuário regional. As etapas da pesquisa incluíram revisão bibliográfica, sistematização de dados de fonte secundária, pesquisa de campo (observação, aplicação de questionários e realização de entrevistas) e análise dos dados e informações produzidas. Foram explorados, além dos aspectos formais dos distritos, os traços engendrados pelas modificações no setor agropecuário regional, percebidas a partir da crise da cafeicultura entre as décadas de 1970 e 1980. Averiguou-se que as mudanças na estrutura fundiária e nas relações de trabalho contribuíram para que os distritos se tornassem espaços, majoritariamente, destinados ao uso residencial para a população empregada no setor de serviços na cidade de Dracena. Houve diminuição da população vivendo nos distritos e, principalmente, no entorno – áreas do rural disperso. Nos distritos nota-se que a ruralidade ultrapassa o setor agrícola e é marcada pela convivência, proximidade e laços de parentesco entre os moradores e pelas estratégias “solidárias” desenvolvidas pela população a fim de alcançar amenidades no cotidiano, solução de conflitos e melhorias nos distritos.

Palavras-chave: Distritos municipais. Ruralidades. Jamaica e Jaciporã/Dracena-SP-Brasil.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present and discuss the results of our master's research. We made an investigation in the municipal districts Jamaica and Jaciporã which main objective was analyzing the economic, social and cultural characteristics generated in the spatial organization of the municipal districts resulting from changes in the regional agricultural sector. The research stages included literature review, systematization of secondary data, field research (observation, questionnaires, and interviews) and analysis of the data and information produced in those steps. Beyond the formal aspects of the districts, we explored the changes in the regional agricultural sector after the coffee crisis between the 1970s and 1980s. We verified that, because of changes in land structure and in labor relations, the districts have become spaces, mainly, intended for residential use for the population employed in the services sector in the city of Dracena. There was a decrease of the population living in the districts, and especially in the vicinity - the dispersed rural areas. The rurality of the districts goes beyond the agricultural sector and its features come from the conviviality, closeness and kinship ties between the residents and also by the strategies "solidarity" developed by the population in order to achieve amenities in everyday life, improvements and to solve conflicts in the districts.

Keywords: Municipal districts. Ruralities. Jamaica and Jaciporã / Dracena-SP-Brasil.

INTRODUÇÃO

O objetivo do texto é apresentar e discutir alguns dos resultados da pesquisa de mestrado sobre distritos municipais, realizada com o objetivo principal de analisar as características econômicas, sociais e culturais engendradas na organização espacial de Jamaica e Jaciporã/Dracena/São Paulo, decorrentes das mudanças verificadas no setor agropecuário regional.

Os distritos de Jamaica e Jaciporã se localizam no município de Dracena/São Paulo e apresentam população inferior a dois mil habitantes (IBGE, 2010). Formaram-se no processo de incorporação de solos da cafeicultura para o Oeste do Estado de São Paulo e foram incluídos, no período pós 2000, no movimento de expansão da cana de açúcar, o que explicita a conexão desses lugares ao contexto global de busca por combustíveis renováveis, embora em uma posição inferior nas tomadas de decisões.

Para realizar a pesquisa utilizou-se um recorte regional-local (figura 01) que englobou os distritos de Jamaica e Jaciporã, o Município de Dracena (que se divide em três distritos, a sede e os já referidos) e a Microrregião Geográfica de Dracena (formada pelos municípios de Dracena; Junqueirópolis; Monte Castelo; Nova Guataporanga; Ouro Verde; Panorama; Paulicéia; Santa Mercedes; São João do Pau-d'Alho e Tupi Paulista).

A região de Dracena passou por consideráveis modificações no setor produtivo, sobretudo, a partir de meados da década de 1970, motivadas pela crise da cafeicultura. Em reação, percebem-se dois processos: o desenvolvimento de estratégias de reprodução social por parte dos pequenos proprietários rurais (são exemplos a implantação da fruticultura e a participação em políticas públicas) e a expansão do cultivo da cana de açúcar nas grandes propriedades rurais em que a pecuária era a atividade econômica predominante (HESPANHOL, 2007).

A razão pela qual os distritos municipais de Jamaica e Jaciporã foram selecionados, ainda que as mudanças citadas digam respeito à região e ao município como um todo, é que, ponderando o baixo número de habitantes e o envelhecimento da população, dois pontos específicos destacam-se: a presença de trabalhadores da Usina Dracena Açúcar e Álcool Ltda. entre os seus moradores e a atuação da Associação J. Marques de Trabalhadores de Jaciporã que, além de ações relacionadas às

atividades agropecuárias, de produção e comercialização coletivas, atua em outras demandas que favorecem a população do distrito.

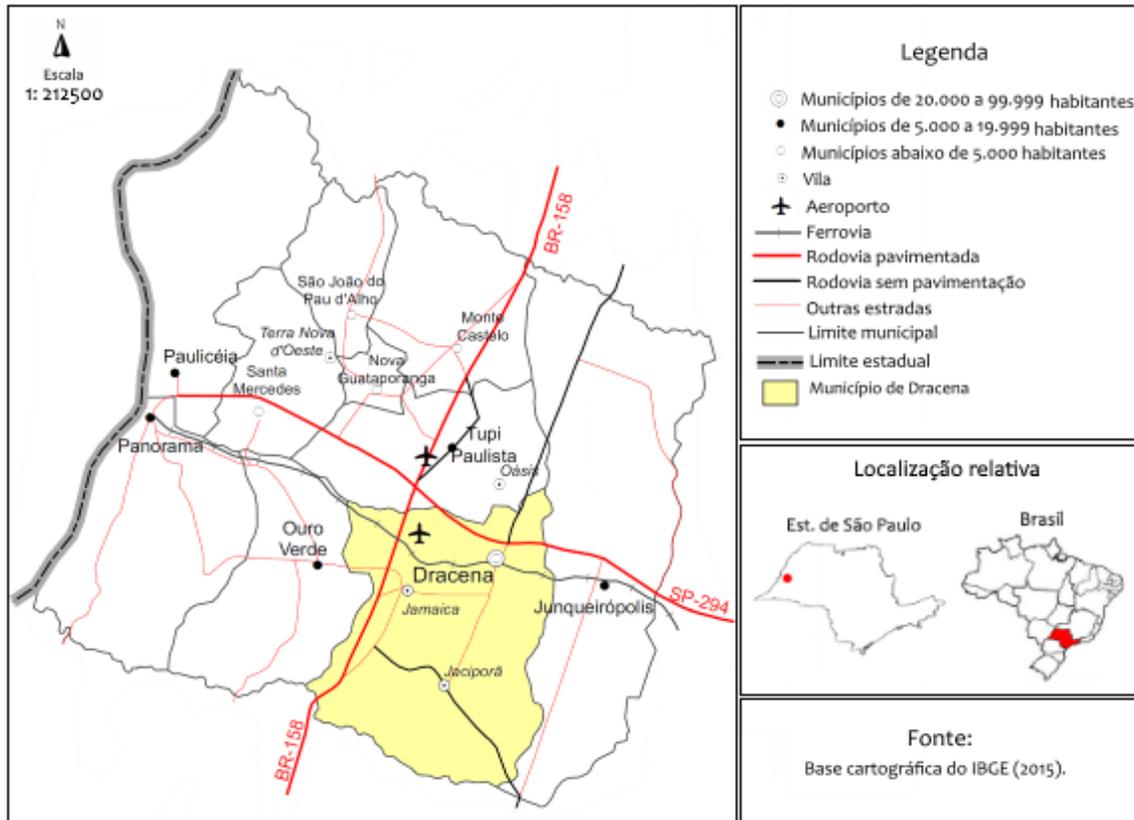


Figura 1. Localização do recorte espacial da pesquisa: Microrregião Geográfica de Dracena/São Paulo/Brasil **Fonte:** Base Cartográfica do IBGE (2015). Adaptado e organizado por Maryna Vieira Martins Antunes (2016).

Ademais, os distritos municipais selecionados suscitam o debate sobre as concepções oficiais de rural e urbano no Brasil e permitem um olhar para a história do rural brasileiro, para suas distintas formações (patrimônios, bairro rurais, vilas), do mesmo modo que as permanências e as possíveis metamorfoses podem revelar aspectos importantes para estudar as diferentes ruralidades que se evidenciam no período atual.

Em termos de procedimentos metodológicos, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os temas pertinentes à pesquisa e de trabalhos que enfocaram o recorte espacial do estudo; coleta e sistematização de dados de fonte secundária em fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobretudo os Censos Demográficos (envolvendo o período entre 1950

e 2010) e Agropecuários (1970 a 2006) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) (abrangendo a década de 1990 até o período atual); trabalhos de campo; e a análise e reflexão sobre os dados e informações produzidas a partir do referencial teórico.

De modo específico, os trabalhos de campo foram efetuados em três etapas: a) levantamentos em campo e mapeamento temático dos distritos; b) elaboração e aplicação de questionário socioeconômico, sendo adotada a amostra de 30% do total de domicílios de cada um dos distritos (199 em Jaciporã e 158 em Jamaica), de modo que foi aplicado questionário a 60 e 47 moradores, respectivamente; e c) realização de entrevistas a partir da elaboração de roteiro semiestruturado com os moradores, com base nos critérios: idade – jovens (de 18 a 25 anos), adultos (25 a 60 anos) e idosos (acima de 60 anos) – e tempo de residência nos distritos – moradores antigos (mais de 30 anos de residência no distrito ou nascidos) e recém-chegados (até dois anos) e a voluntariedade em participar do estudo, resultando em treze entrevistas no total.

Distritos municipais: definições legais e históricas no contexto nacional

Na estrutura político-administrativa do Brasil, o município – terceiro nível da federação, juntamente com a União e os estados – divide-se em distritos, daí a denominação “distritos municipais”. Esta organização varia de município para município e pode se dar em razão do reconhecimento de uma população concentrada, de áreas que necessitam de atenção especial ou por finalidades de planejamento específico. De modo geral, os municípios são constituídos por um distrito-sede, onde está situado o poder municipal, e pode apresentar mais distritos (IBGE, 2011).

Tal demarcação atende aos pressupostos do Decreto-Lei 311 de 1938 – já bastante discutido por sua superficialidade e defasagem para regulamentar a divisão territorial brasileira, sobretudo no que diz respeito às definições de rural e urbano. O documento dispõe que, para a demarcação de uma vila, ou seja, a sede-distrital – que possui nos termos da lei o caráter urbano – é necessário que esta apresente, no mínimo, trinta (30) moradias.

É evidente, dessa forma, que a denominação distrito municipal, tomada a partir dos parâmetros legais, revela poucos aspectos a respeito de suas dinâmicas espaciais, sendo necessário utilizar outros instrumentos que não somente a legislação. Como ponto de partida para entender o significado dessa categoria se adotou as próprias especificidades do território brasileiro, ou seja, buscou-se desvendar dentro da formação espacial – o conjunto particular de relações econômicas, políticas, sociais e culturais – os possíveis significados que os distritos podem apresentar ao longo do tempo (SANTOS, 2005).

Aroldo de Azevedo (1970), ao estudar a questão urbana no Brasil, afirmou que as cidades e vilas do país, salvo exceções, tinham sua origem relacionada à criação de um povoado. Em cada região e até dentro de um mesmo estado foram observadas diferenças, tanto de denominação, quanto de processos e formas. Entretanto, apresentavam certos traços em comum, tais como: população reduzida, uma única rua principal, um pequeno templo, estabelecimento escolar de nível primário e o predomínio da função comercial.

Os povoados, em geral, se desenvolviam a partir de uma atividade econômica específica. A agropecuária deu origem a diferentes tipos, dos quais se destacam pela proximidade com o tema investigado, os loteamentos rurais por apresentarem, desde a gênese, a clara intenção em constituir um povoamento de caráter urbano. Ao longo de nossa história, registram-se ações da iniciativa privada, por parte do Estado, individuais ou coletivas (AZEVEDO, 1970).

No Brasil Colônia, as sesmarias podem ser interpretadas como as primeiras experiências desse tipo, constituindo-se em fracionamentos das capitânicas hereditárias com o objetivo de dar suporte à produção da cana-de-açúcar, principalmente, e promover a ocupação do território pela população branca, além de estruturar a ocupação fundiária. Murilo Marx (1991) destaca o importante papel da Igreja Católica nesse processo, sobretudo até meados do século XX, na oficialização desses núcleos, uma vez que, realizado o loteamento, a construção de uma capela – a partir da doação de parte das terras – garantia a ocupação ao seu redor, além da manutenção dessa população no povoado que surgia – que levava a denominação de paróquia ou freguesia que ali se instalava.

Os denominados patrimônios são outra forma de loteamentos rurais e apresentam-se, na história brasileira, como religiosos ou leigos. Os patrimônios religiosos – no mesmo molde das paróquias e freguesias – eram formados pela doação de uma área a um “santo de devoção”, o que significava passá-la, via documento público, para uma autoridade eclesiástica (AZEVEDO, 1970).

Já os patrimônios leigos constituem uma forma de loteamento rural característico principalmente do século XX. Para Silva (2008), este tipo de povoado representa uma mudança na forma de transmissão de terras no surgimento de núcleos urbanos em dois pontos: marca uma ruptura entre Estado e Igreja e dá origem à venda de terras. Murilo Marx (1991) explica que a influência, bem como, as doações à Igreja permanecem, porém, há menos obrigações legais e controle da ocupação das terras, abrem-se, nesse sentido, oportunidades de negócio, favorecendo a iniciativa privada a partir da venda de lotes.

De tal maneira, para a promoção do povoamento e a venda de lotes, o responsável pelo loteamento realizava a construção dos primeiros prédios, geralmente, algumas casas de madeira, que seriam destinadas à instalação de pequenos comércios, casas de hospedagem e a administração e disponibilizando lotes previamente demarcados a venda. Frente às iniciativas de fazendeiros que atuavam sozinhos e conciliavam as atividades de produção agropecuária com a venda de terras – muitas vezes para os próprios trabalhadores de suas fazendas – se destacaram nesse ramo as companhias imobiliárias e de colonização que se tornaram responsáveis pela fundação de diversos núcleos de povoamento (AZEVEDO, 1970; MONBEIG, 1985 [1952]).

Os patrimônios leigos são povoados relacionados tipicamente com as “frentes de expansão”, que no Estado de São Paulo foram impulsionadas por fatores como a necessidade de expandir a área destinada à produção do café somada à vasta área no Oeste do estado coberta por matas – o que atraía os pioneiros pelo seu solo fértil – e tomada como “disponível”, embora habitada por povos indígenas (PETRONE, 1970).

Mesmo com diferentes características e origens, os povoados, que constituem a história de muitos distritos municipais no país, permitem considerar que, em suas gêneses, explicitamente ou não, se

previa o desenvolvimento de uma cidade. Becker (1978), ao estudar os povoados surgidos na rodovia Belém-Brasília na Amazônia, apresenta reflexões que, apesar de circunscritas à realidade em análise, contribuem para a compreensão de facetas do processo de urbanização em outras regiões do país:

Povoados são núcleos populacionais especialmente compactos com nomes reconhecidos localmente, que possuem caráter rural-urbano. São a residência de trabalhadores rurais ou pequenos agricultores e pequenos centros de mercado. Não possuem, assim, a variedade de funções, a complexidade social e o *status* legal, critérios necessários à sua classificação como centros urbanos segundo a teoria contemporânea. Contudo, de acordo com o conceito adotado, é possível considerar os povoados como uma manifestação do urbanismo, sua forma particular estando vinculada à sua função no padrão global de circulação do produto excedente socialmente designado (BECKER, 1978, p. 111).

Os povoados podem ser considerados “formas incipientes de urbanismo” (BECKER, 1978, p. 111). Ferreira (1991) assinala o mesmo princípio tomando como referência o Norte do Paraná: “[...] no processo de urbanização nas regiões de ocupação, caracterizados de ‘fronteiras’, a criação de pontos de apoio demográfico, denominados de distritos, vinculando-se aos municípios [...]” (p. 57).

A mesma autora relaciona o aumento do número de distritos no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, com a expansão das fronteiras e urbanização das regiões de ocupação, que foi muito estimulada pelo Estado neste período: “[...] houve um acréscimo de 401 distritos neste período, pois em 1964 totalizavam 7.762, crescendo para 8.163 distritos em 1979” (FERREIRA, 1991, p. 57).

Nesse sentido, alguns autores, entre os quais Pinto (2003) e Pina et al (2008), associam a ideia de povoado a de distritos municipais com a formatação legal atual, uma vez que, uma estratégia para fortalecer os núcleos em formação é requerer seu status de distrito, ao mesmo tempo em que criar um distrito é reconhecer um núcleo de população concentrada. Então, na própria concepção legal de distrito está implícita a noção de povoado e esta concepção traz a ideia de povoado, de acordo com Azevedo (1970), como um “embrião urbano”.

Essa ideia significa, nas palavras de Azevedo (1970), que o destino dos povoados brasileiros era o de “[...] se transformarem em vilas (sedes distritais) e, um dia, alcançar o que significa a suprema

aspiração de seus habitantes – a categoria de cidades, sedes municipais, com seus Prefeitos e suas Câmaras Municipais” (p. 248). A respeito dessa concepção, é possível refletir tanto sobre este momento do pensamento geográfico brasileiro, quanto sobre traços da política brasileira de urbanização, influenciada por estas ideias.

Aroldo de Azevedo (1910-1974) foi um importante geógrafo, formado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), onde era professor do Departamento de Geografia, e, portanto, influenciado pela Geografia Francesa Tradicional. Em sua obra são marcantes traços desta corrente, por exemplo, na realização de estudos regionais através das monografias que valorizavam os trabalhos de campo, a representação cartográfica e a dimensão histórica nos estudos geográficos (PAZERA JR, 1988; LENCIONE, 2012).

Tendo contribuído para diferentes áreas – geografia física, regional, urbana – e, sobretudo, para o ensino de geografia, Azevedo publicou, em toda sua carreira, trinta livros didáticos, muitos deles no período Vargas. Época marcada por uma aproximação do Estado com a Geografia através da Geopolítica, como conceberam Kjéllen e Haushofer, ou seja, pela utilização dos conhecimentos geográficos para a formulação de esquemas e estratégias que atendessem os interesses do poder dominante (FERRACINI, 2008).

Com o fim da República Velha (1889-1930) e o primeiro governo de Getúlio Vargas, inaugura-se no Brasil o planejamento estatal, entendido como técnica de governo capaz de acelerar o desenvolvimento do país por meio do crescimento econômico e da modernização enquanto proposta norteadora, que no nosso caso, era a busca pela modificação da estrutura do país, de agrário-exportadora para urbano-industrial (BACELAR, 2003).

Nesse contexto se promulgou o Decreto-Lei 311 de 1938, ou seja, durante o Estado-Novo (1937-1945), marcado pela centralização e pelo nacional-desenvolvimentismo. No período referido foram criadas muitas das instituições, formulações e instrumentos técnicos que, posteriormente, orientariam

as transformações via Estado do espaço brasileiro nas décadas seguintes, como o IBGE e o próprio Decreto-Lei 311.

Do mesmo modo que esta concepção de desenvolvimento, muitas das ideias de Aroldo de Azevedo, influenciado pela Escola Tradicional de Geografia, baseavam-se nos conceitos positivistas que carregavam a interpretação de fatos humanos ou sociais a partir de noções biológicas. Este é o caso da compreensão desse autor dos povoados como “embriões urbanos”, na qual a “evolução” destas formas até a condição de cidade é implícita e natural.

Todavia, nem todos esses núcleos alcançaram/alcançam tal categoria, ou seja, há diversos casos que um distrito não se torna cidade ou sede municipal. Considerando que as desigualdades são geradas nos próprios processos de produção do espaço, infere-se que, entre os “destinos” que um povoado pode ter, encontram-se a condição de estagnação e permanência ou o desaparecimento:

Parece, assim, que, uma vez exercido o seu papel de concentrar a mão-de-obra para desbravamento da área para os grandes proprietários, o povoado se torna desnecessário, extinguindo-se e reaparecendo em novas áreas que estão sendo abertas (BECKER, 1978, p. 120).

Em síntese, um distrito municipal é uma denominação genérica para as divisões dos municípios brasileiros e estão relacionados ao reconhecimento de um povoado, e, por conseguinte, de seu “potencial” em tornar-se uma cidade (de fato ou oficial, ou seja, um município autônomo), em que se nota a presença da concepção de “embrião urbano” por parte dos legisladores.

É conveniente ressaltar que essas elaborações dizem respeito, principalmente, aos povoados, distritos e municípios surgidos no período anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988 – que tornou a criação de municípios uma atribuição dos governos estaduais – e da Emenda Constitucional número 15 de 1996 – que estabeleceu, entre outras medidas, a necessidade da realização do Estudo de Viabilidade Municipal para as emancipações de municípios (RIBEIRO, 2010).

Ainda assim, excluindo-se os exemplos em que sua delimitação se dá por critérios de planejamento e gestão do território municipal com a divisão de áreas internas à malha urbana, parte dos casos está relacionada aos processos de expansão e/ou interiorização econômica e urbana, que no Brasil, cabe dizer, estão muitas vezes vinculados, direta ou indiretamente, aos empreendimentos agropecuários (RIBEIRO, 2010).

Levando em conta essa reflexão, observa-se que os distritos que não atingem esse status urbano – ou não apresentam elites locais politicamente organizadas –, a ponto de emancipar-se e não terminam por desaparecer com a perda populacional, mantém intensos laços com o espaço rural, com a agricultura e uma forte dependência da sede municipal, como é o caso dos distritos de Jamaica e Jaciporã, cujas dinâmicas são apresentadas na próxima seção.

Os distritos de Jamaica e Jaciporã (Dracena-SP) no contexto regional

Os povoados – posteriormente reconhecidos como os distritos – de Jamaica e Jaciporã surgiram como patrimônios leigos, ou seja, foram implantados pela ação da iniciativa privada, que promoveu o loteamento e a venda de terras destinadas ao uso não-agrícola, no contexto da expansão da cafeicultura para o extremo Oeste do Estado de São Paulo.

Entre os anos de 1930 e 1950, a Região de Dracena foi inserida na “Marcha para o Oeste”, designação imputada por Pierre Monbeig (1985 [1952]), para o processo de implantação da produção de café nas áreas pouco exploradas até meados do século XIX do Estado de São Paulo. Neste momento, pós-crise de 1929, os fazendeiros não investiam apenas no café, de modo que, os negócios imobiliários ganharam grande relevância, o que resultou, inclusive, em um número significativo de pequenas propriedades rurais. Em termos produtivos, a criação de gado foi uma das alternativas desenvolvidas pelos grandes proprietários e entre os sitiantes observou-se a policultura e a produção leiteira (MONBEIG, 1985 [1952]; GIL, 2007).

Os empreendimentos imobiliários foram de suma importância, seja pela venda de lotes rurais, contribuindo para a “dissolução” de fazendas em bairros rurais, ou dos terrenos nas áreas (planejadas para se tornarem) urbanas – os patrimônios leigos – que viriam a tornar-se sedes de municípios ou distritos. Segundo Monbeig (1985 [1952]), os núcleos em formação possuíam função primordialmente comercial. Aglutinavam a venda da produção agrícola, principalmente por meio de estabelecimentos (as chamadas “máquinas”) beneficiadoras de café, arroz e algodão, que funcionavam, em muitos casos, como intermediárias na comercialização com empresas maiores localizadas em outras regiões do Estado de São Paulo. As casas de comércio dos povoados forneciam também produtos básicos, como roupas e ferramentas (HESPANHOL, 2011).

Esses povoados voltavam-se completamente para a organização do espaço rural circundante. Configuravam-se, logo, como sede do poder, promovendo a constituição das elites locais, por propiciar o encontro, a comunicação e diversos tipos de relações entre os mais e menos apossados, as famílias influentes, empresários, figuras religiosas. Dinâmica comum no processo de urbanização brasileiro de modo geral:

Mandões locais e coronéis [...] procuraram sempre desenvolver na região que dominavam um centro urbano que ficasse na sua dependência e que constituísse ao mesmo tempo centro de suas atividades: agiram como fundadores ou como protetores de cidades [...]. Por toda a parte no país, a fundação das vilas correspondeu à necessidade de implantar um mínimo de disciplina em áreas outrora desertas, estendendo até elas elementos de administração indispensáveis ao entrosamento com a sociedade global (QUEIROZ, 1975, p. 180).

Ao passo que se estabelecia o poder local, em toda a região surgia o interesse de emancipar-se, de alcançar o status de sede de município. Deve-se recordar que parte do processo nesta região também se deu após a promulgação do Decreto Lei-311 de 1938, de modo que, a região é na atualidade composta por muitos municípios de pequeno porte populacional (inferior a 10 mil habitantes) com sedes – cidades nos termos da lei – com seu caráter urbano frágil ou questionável do ponto de vista dos estudos urbanos e espaciais.

Tratando em específico do município de Dracena, este é formado por três distritos: a sede, que lhe dá o nome e Jamaica e Jaciporã que, como já citado, foram implantados como patrimônios leigos.

Apresenta-se a história da fundação de cada um nos tópicos a seguir, elaborados a partir das consultas nos acervos da Prefeitura e Subprefeituras:

Dracena (distrito-sede): Na década de 1930, o grupo, que posteriormente fundou a Empresa Imobiliária Fioravante, Spinardi & Vendramin Ltda., comprou a gleba de terras nas quais em 1945 iniciaram a construção do povoado. Dracena foi elevada à vila e município simultaneamente em 1948, englobando os distritos de Jaciporã e Ouro Verde.

Jaciporã: Por disposição de um único proprietário de terras, o traçado das ruas e lotes foi fixado em 1936, originando o povoado idealizado com o objetivo de garantir a presença de mão-obra barata e próxima das fazendas do entorno. O agente – Sr. Tancredo Aiello – não estava associado a nenhuma outra ação dessa natureza. Nos primeiros anos, era denominado de Perobal, uma clara referência à exploração madeireira, e, por isso, um nome comum entre esses tipos de ocupação. Os primeiros compradores dos terrenos na área urbana eram empregados das fazendas de café. Jaciporã tornou-se distrito do município de Dracena, quando ocorreu sua emancipação no ano de 1948.

Jamaica: Começou a ser ocupado em 1947 em terras que pertenciam a Ouro Verde, na época distrito de Dracena, e tornou-se distrito em 1953, pela ação de uma empresa de colonização, a Companhia Jamaica.

O povoado de Dracena despontou a ponto de englobar os demais, sobretudo, pela ação de seu fundador, formando assim uma área de influência e rede de contatos políticos consideráveis, a ponto de promover a emancipação do município poucos anos após sua fundação. Todavia, deve-se mencionar que os processos de emancipação na época eram realizados sem grandes preocupações de se averiguar as condições mínimas para tal condição.

Soma-se a esse fator a localização privilegiada em relação aos demais: próximo à linha férrea, a época o principal meio de transporte, que promovia a ligação com a capital paulista e o porto de Santos, tendo sido aspecto fundamental para a “Marcha para o Oeste”. O transporte também influenciou a construção

de uma “área de influência” para Dracena, uma vez que, por parte das figuras públicas desta localidade partia a iniciativa de construir estradas rurais, ligando-a a outros povoados e bairros rurais.

Em Jamaica e Jaciporã, neste período, observa-se um crescimento mais lento em relação à sede, entretanto, conforme os relatos dos moradores e informações disponibilizadas pelas subprefeituras, até a década de 1970 – quando já estavam formalizados como distritos de Dracena –, funcionavam armazéns que comercializavam produtos básicos para os moradores das redondezas, os estabelecimentos de compra e benefício dos produtos agrícolas, as Igrejas Católicas com suas praças, onde se realizavam as práticas de religiosidade e lazer e um número razoável de habitações, que indicavam uma organização espacial voltada para as atividades agropecuárias. Estas características gradativamente foram modificadas com as crises econômicas – em diversas escalas, da mundial à regional – a partir dos anos 1970.

A crise da cafeicultura na Região de Dracena se deu a partir de um arranjo de fatores que criou um contexto altamente desfavorável para a produção de café. De acordo com Hespanhol (2007), as condições determinantes foram as questões climáticas – as geadas que atingiram em 1975 as plantações, não somente da região, mas de áreas produtoras de café nos estados do Paraná e Minas Gerais –; a redução de preços no mercado internacional; e a desregulamentação do produto com a extinção do Instituto Brasileiro do Café – órgão federal que definia as políticas para a cafeicultura de 1952 a 1989 e o término dos Acordos Internacionais do Café (AICs) – criados na década de 1960 para estabelecer cooperação entre os países produtores e consumidores – em 1990 (HESPANHOL, 2007).

A decadência da cafeicultura inaugurou um período de inércia para a região, caracterizado pela “[...] atuação fraca do capital, atuação fraca do Estado e atuação fraca das lideranças políticas locais e regionais, resultando em longos anos de incertezas, quantificados nas altas taxas de evasão populacional e de divisas” (GIL, 2007, p. 143). Entre as consequências, elenca-se no universo do trabalho a diminuição drástica do emprego rural, dado que a absorção de trabalhadores na colheita de

café nas pequenas propriedades rurais era muito expressiva, isso conduziu a população não somente ao êxodo rural como ao abandono da própria região (HESPANHOL, 2007).

Em Jaciporã e Jamaica o dinamismo inicial da cafeicultura trazia a esperança de que melhorias viriam para os distritos, o que terminou se enfraquecendo com a crise, como conta um dos entrevistados: “[...] Jamaica ia emendar com Dracena, né, mas aí parou!” (Entrevista com Sr. M.C., 64 anos, Morador de Jamaica - Trabalho de Campo - 2014). Parte das casas de comércio fecharam as portas, em efeito o “aqui tinha” entrou para o vocabulário daqueles que permaneceram: “Antigamente, tinha uma farmacinha, tinha um hotel, tinha aí acabou tudo, tinha serraria... aí acabou tudo...” (Entrevista com o Sr. M.C. 64 anos, Morador de Jamaica - Trabalho de Campo - 2014).

Um cenário análogo foi percebido na maioria dos outros núcleos, inclusive nos que se tornaram sedes de município, tendo em vista que não recebiam mais os investimentos em infraestrutura básica e serviços públicos e apresentavam poucas possibilidades de emprego, reafirmando assim a migração regional e não somente do campo para a cidade, com especial efeito sobre os jovens (HESPANHOL, 2007).

No entorno das sedes distritais, a área de pastagens aumentou e nas pequenas propriedades rurais, em combinação com a policultura – com destaque o algodão e o amendoim, conforme os relatos dos moradores –, desenvolveu-se a pecuária bovina mista visando à produção de leite e carne. Já nas fazendas, principalmente ao longo dos anos 1990 e 1980, se consolidou a pecuária bovina de corte (HESPANHOL, 2007; GIL, 2007).

A crise da principal atividade econômica e, por consequência, a estagnação e o isolamento que se instaurou, terminaram por esgotar em Jamaica e Jaciporã as funções relativas às atividades econômicas predominantes desenvolvidas no espaço agropecuário de seus entornos. Tornaram-se, assim, local de moradia para uma população cada vez mais reduzida.

Os dados populacionais no nível distrital (Censos Demográficos e Contagem da População), no caso do município de Dracena estão disponíveis apenas a partir do ano de 1991, ainda assim, auxiliam na compreensão das modificações do perfil populacional. Na tabela 1 constam as informações sobre a população total, urbana e rural nos distritos, entre os anos de 1991 e 2010:

		1991		1996		2000		2010	
		Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Dracena (Sede)	Total	37.739	100	38.265	100	38.869	100	40.941	100
	Urbana	33.979	90	35.041	92	35.964	92,52	39.046	95
	Rural	3.760	10	3.224	8	2.905	7,47	1.895	5
Jamaica	Total	829	100	707	100	683	100	1.646	100
	Urbana	355	43	374	53	677	99	405	25
	Rural	474	57	333	47	6	1	1.241	75
Jaciporã	Total	1.125	100	1.071	100	948	100	671	100
	Urbana	529	47	567	53	512	54	495	74
	Rural	596	53	504	47	436	46	176	26
Município de Dracena	Total	39.693	100	40.043	100	40.500	100	43.258	100
	Urbana	34.863	88	35.982	90	37.153	92	39.946	92
	Rural	4.830	12	4.061	10	3.347	8	3.312	8

Tabela 1. População total, urbana e rural dos distritos do Município de Dracena(1991-2010).

Fonte: Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010); Contagem da População (1996) – IBGE. Organização: Maryna Vieira Martins Antunes (2015).

Para a análise dos dados expressos na tabela 1, deve-se retomar os critérios utilizados pelo IBGE e sua aplicação no município: a população urbana é contabilizada nas áreas internas aos perímetros urbanos (zonas urbanas) e a rural em suas áreas externas (zona rural), cada qual dividida em setores censitários entre os distritos. É evidente que o município tem um crescimento urbano constante, concentrado na sede, enquanto que o entorno mantém a maior parte da população rural – o que reforça a importância da ferrovia na consolidação também do espaço rural das proximidades de Dracena que se tornou mais populoso que as demais áreas rurais –; nas cercanias de Jamaica e Jaciporã a população diminui e nas sedes, embora reduzida, se estabiliza se comparada ao decréscimo de suas zonas rurais.

Houve ainda pequenos aumentos em Jaciporã (de 529 habitantes em 1991 para 567 em 1996) e em Jamaica foi um pouco mais expressivo (em 1996 a população era de 374 e em 2000, de 677), nos dois

casos seguidos de redução, que podem ser explicados pela mobilidade da população da zona rural para os distritos. No tabela 2, que apresenta a origem dos moradores que residem há menos de 25 anos, verifica-se esse movimento:

LOCAL DE ORIGEM	JAMAICA	JACIPORÃ
Distritos	-	2
Zona rural dos Distritos/Município de Dracena	21	15
Microrregião de Dracena	6	2
Ribeirão dos Índios	-	7
Presidente Venceslau	-	2
Outros locais do Est. de São Paulo	6	8
Grande São Paulo	6	7
Outros estados	2	5
Total	41	48

Tabela 2. Origem dos moradores que residem há menos de 25 anos nos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã(%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Organização: Maryna Vieira Martins Antunes (2015).

Nota-se que os valores mais significativos se referem aos moradores provenientes das zonas rurais (21% em Jamaica e 15% em Jaciporã), que, por sua vez, continuamente perderam população: de cerca de 10 mil habitantes em 1970 para 3.312 em 2010 no município. Fica evidente que a diminuição da população das adjacências dos distritos contribuiu para a estagnação destes espaços, pois os moradores das fazendas e sítios constituíam parte da população atendida pelos serviços existentes, reforçando o esgotamento da função de organizar o espaço agrícola.

Em efeito, é possível pensar que Jamaica e Jaciporã se estabilizam como zonas de rarefação: técnica, informacional, normativa, comunicacional etc. Foi a partir das decorrências da crise e da decadência da cafeicultura que se estabeleceram as preocupações que envolvem os objetivos desta pesquisa, ou seja, o intento de analisar de quais maneiras a substituição do café – central no processo de ocupação e formação dos núcleos estudados – por outros tipos de exploração agropecuária – sobretudo a cana-de-

açúcar – pôde ter implicado em alterações nas funções exercidas e no cotidiano dos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã.

Sendo assim, com base nos resultados alcançados foi possível constatar que tais mudanças, sobretudo no que diz respeito à estrutura fundiária e às relações de trabalho, terminaram por fazer com que a agropecuária influenciasse menos na organização espacial dos distritos, uma vez que a produção do campo está relacionada a escalas mais distantes, ultrapassando os distritos e inclusive a própria cidade de Dracena. Jamaica e Jaciporã se consolidaram como espaços, majoritariamente, destinados ao uso residencial para a população empregada no setor de serviços na cidade de Dracena.

Contribui para isso as mudanças promovidas em escala nacional a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, sobretudo no que diz respeito às novas atribuições dos municípios que trouxeram novas funções também para os distritos, uma vez que, ao longo dos anos 1990, houve a instalação de unidades de prestação de serviços públicos, entre as quais os postos de saúde, que contribuem em Jamaica e Jaciporã para o deslocamento da população rural dispersa para as sedes distritais, decorrendo muitas vezes em sua fixação.

Aos postos de saúde somam-se as subprefeituras, os correios e as instituições de Ensino Básico (Infantil – Fundamental) e os equipamentos públicos de lazer: campos de futebol, bocha e os “parquinhos” infantis. Nos distritos há também a possibilidade de frequentar as instituições religiosas, as pequenas lanchonetes, o salão de cabelereiro (no caso de Jaciporã) e acessar os serviços prestados informalmente pelos moradores, como a venda de cosméticos, produtos artesanais, do mesmo modo que há as cabelereiras e manicures que atendem em suas próprias residências, por exemplo.

O funcionamento dos serviços públicos indica que no período pós-1988, a escala distrital pôde, neste caso, ser reconhecida como uma possibilidade para atuação do poder público, de maneira menos significativa se comparada à municipal, evidentemente. Além disso, é possível que se tenha fortalecido as iniciativas coletivas (Associação J. Marques de Jaciporã e os mutirões promovidos nas comunidades

católicas) e privadas (por meio da iniciativa de prestar serviços informais) voltadas aos distritos, pois colaboraram para atrair a população das demais áreas rurais circundantes.

Santos (1993), ao interpretar o avanço da urbanização e do capitalismo no campo, propõe uma leitura do território nacional por meio de regiões urbanas e regiões agrícolas. Inúmeras especificidades podem ser encontradas quando se parte de escalas menores para a análise, porém, em nível de generalização, os dois tipos de subespaços distinguem-se pelas características de suas relações internas: a divisão do trabalho é traço marcante nas regiões urbanas, nas quais convivem as atividades de fabricação e do terciário e também a agropecuária (SANTOS, 1993).

Nas regiões agrícolas inter-relacionam-se o mundo rural e o urbano. Os exemplos máximos são aquelas em que as cidades abarcam todo tipo de atividade diretamente relacionada à produção agropecuária. Por ter se aprofundado na temática proposta por Santos, Elias (2003) é uma referência fundamental para o entendimento dessas regiões, nas quais o campo comanda toda a vida econômica e as relações sociais do sistema urbano, diferentemente dos subespaços urbanos que são orientados pelas atividades secundárias e terciárias (SANTOS, 1993).

Diante das duas situações postas nota-se que, embora a agropecuária continue sendo relevante para a organização espacial dos distritos municipais, esta não exerce o papel de comando, nem tem centralidade nas dinâmicas das sedes. Portanto, não estaria em nenhum dos casos descritos pelos autores supracitados, assim, a compreensão dos distritos, que não assumem funções produtivas e nem de gestão, deve extrapolar o agrícola, de modo que se sobressaiam os demais aspectos do rural.

Essa afirmação deriva do reconhecimento de que com a estagnação da economia, a migração campo-cidade, o envelhecimento e o empobrecimento da população, os distritos municipais tornaram-se importantes para os moradores do entorno a partir da possibilidade de enfrentar as precariedades e o isolamento nas demais áreas rurais (não concentradas). A experiência de residir no distrito pode oferecer algumas vantagens: ter vizinhos mais próximos, preços mais acessíveis de terrenos e casas em

comparação à Dracena e a facilidade de continuar a desenvolver a agropecuária, no caso dos que ainda possuem sítio ou chácara nas proximidades.

Constatou-se que a vida nos distritos municipais estudados é marcada pelo “acontecer solidário”, não em um sentido emocional, mas, como Santos (2005) explica, pela “[...] realização compulsória de tarefas comuns, ainda que o projeto não seja comum [...]” (p. 158). No caso em questão, há uma convergência de atos em torno da busca por uma experiência menos precária de vida. As lógicas da agropecuária, relacionadas a escalas distantes, não estão mais no centro da organização espacial dos distritos. As práticas espaciais são motivadas, por sua vez, pelas ausências: a necessidade de meios básicos de qualidade de vida, o desemprego e o subemprego, o empobrecimento e a dependência da pequena cidade de Dracena, conformada agora como a principal de uma rede urbana formada por núcleos de pequeno porte (LEÃO, 2011).

Análise dos distritos de Jamaica e Jaciporã (Dracena-SP) a partir dos resultados obtidos

Jamaica e Jaciporã possuem muitas semelhanças entre si, se caracterizam pelo incipiente traçado das ruas, com muitos terrenos não-edificados, cujas fronteiras com o espaço rural agropecuário são pouco definidas, de modo que, embora a função residencial predomine, se encontra áreas com produção de alimentos e a criação de animais. No entorno, a presença da cana-de-açúcar é quase preponderante na paisagem, embora, também se observe pequenas chácaras e sítios em menor número, além das grandes extensões de pastagem com a criação do gado bovino.

As residências, de maneira geral, têm baixo padrão de construção. Todavia, há casas recém-construídas em Jamaica, de acordo com os relatos dos moradores. Isso se deve à proximidade em relação à Dracena – ambos os distritos distam cerca de 10 quilômetros da sede, entretanto, Jamaica está próximo a um eixo de expansão urbana, com a presença do distrito industrial, universidades e uma penitenciária – esta também apontada como fator para a presença de novos moradores. De todo modo, em ambos os casos foram observadas casas em condição de abandono ou que, mesmo conservadas, estavam fechadas há muito tempo, pois, seus proprietários já não residiam mais.

Há poucos estabelecimentos comerciais. Jaciporã apresentou maior número, tendo em diferença à Jamaica, um salão de cabelereiro, uma lanchonete, um bar e mais de uma mercearia, são três em Jaciporã, enquanto que em Jamaica há apenas uma e também um bar. De todo modo, a maior parte dos moradores realiza suas compras básicas em Dracena, servindo então as casas de comércio dos distritos apenas para primeiras necessidades e emergências. Foi relatado também que os preços são mais altos e há pouca variedade de marcas e produtos.

Sendo assim, dos estabelecimentos de prestação de serviços, as instituições públicas são as mais utilizadas pela população dos dois distritos. Quanto aos espaços públicos destinados ao lazer, nos dois distritos há campos de futebol. No centro comunitário em Jaciporã ocorrem quermesses, bingos e confraternizações sob a organização da subprefeitura, os habitantes confirmaram que costumam frequentá-las. No caso de Jamaica, elas são realizadas no salão paroquial. Nos dois distritos há praças – em torno das Igrejas Católicas – que contam com parquinhos infantis e as “academias ao livre”. Em Jamaica encontram-se também uma biblioteca pública e um campo de bocha.

No que diz respeito à ocupação dos moradores, dos que estão em idade economicamente ativa – entre 18 e 64 anos – 7% em Jamaica e 5% em Jaciporã estavam desempregados; 11% e 9%, respectivamente, recebiam benefícios previdenciários (aposentadoria, pensão ou auxílio-doença); e as “donas de casa”, ou seja, a população feminina que se ocupa do trabalho doméstico não remunerado, eram cerca de 8% em cada um dos distritos. Dos que estavam empregados (formal ou informalmente), 30% em Jamaica e 15% em Jaciporã trabalhavam em Dracena, deslocando-se diariamente.

Em Jaciporã destacou-se o trabalho na área rural circundante (10% como trabalhadores rurais ou eram sítiantes). O emprego no setor industrial, com exceção às Usinas de cana-de-açúcar, foi mais expressivo em Jamaica (6%), entretanto, em cargos/funções que não exigem alta qualificação (como auxiliares de produção e costureiras, por exemplo). Quanto às Usinas de Açúcar e Álcool, nos dois distritos 14 pessoas estavam empregadas em algum cargo/ocupação dentro dessas empresas, dos quais apenas uma residia em Jamaica. As Usinas citadas foram: Usina Dracena e as Usinas Rio Vermelho e Alta Paulista (USALPA), localizadas no município de Junqueirópolis.

A mecanização da lavoura e a terceirização de diversos serviços fez com que o número de moradores empregados diminuísse consideravelmente desde a implantação da Usina Dracena, mesmo com um tempo relativamente curto de operação (aproximadamente nove anos) no município. Assim, a busca de empregos na sede em Dracena permanece como uma das únicas opções para a população, sendo o setor de serviços o que mais absorve essa mão-de-obra, principalmente, no funcionalismo público, comércio e prestação de serviços. Estes trabalhos são, em boa parte, de baixa remuneração e muitos informais, como no caso das domésticas e dos trabalhadores da construção civil. As pessoas que estão empregadas nos distritos são, em sua maioria, funcionários das subprefeituras.

Isso reforça a noção de que a função primordial dos distritos é a residencial. Esta afirmação dá pistas também de que, para definir a ruralidade nestes espaços, se deve extrapolar as atividades econômicas desenvolvidas nos distritos. Sendo assim, é preciso entender como os próprios moradores definem o lugar em que vivem. Nesse sentido, verificou-se que se faz presente entre os entrevistados a visão do rural associado ao espaço de produção agropecuária, o que é bastante generalizado, mesmo com toda a preocupação das Ciências Sociais em empreender análises que rompam com esta associação num sentido limitador, esta visão (do rural restrito ao agrícola) permanece em outras instâncias sociais e no senso comum (NUNES; PINTO, 2009). Em consequência, quando as atividades agrícolas e a pecuária estão, em certa medida, ausentes, ou deixam de ser a fonte principal de rendimentos, há, muitas vezes, um deslocamento da ideia de vida rural.

Em Jaciporã existe no imaginário dos habitantes entrevistados uma divisão clara entre a sede do distrito e a zona circundante. O distrito corresponde à aglomeração de residências e, sobretudo, onde se paga o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), e de modo geral, obedece aos limites do perímetro urbano. Por outro lado, as áreas com poucas casas e onde predominam as pastagens ou outros tipos de produção agropecuária são identificadas como a zona rural.

Deste modo, na aplicação do questionário, quando se indagava se o local de residência era urbano ou rural, essa divisão se mostrou bastante difundida, pois apenas um morador indicou como residente

rural, enquanto que os demais indicaram como urbano. O mesmo pode ser observado em algumas entrevistas:

P: Pra você, aqui é como viver na área rural, como um bairro rural, no sítio ou numa cidade pequena?

M: Ah, é uma cidade pequena né, um distrito, um bairro, pequeno né... a parte de um sítio já tinha que ser menos né... (Entrevista com a Sra. M. 42 anos, Moradora de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

Em Jamaica, embora as dinâmicas sejam similares, constatou-se que não há para todos os moradores uma divisão tão clara entre o rural e o urbano, conforme se dá em Jaciporã. Há menos estabelecimentos comerciais e prédios públicos, além disso, no entorno, inclusive na área delimitada pelo perímetro urbano, há a presença de chácaras (pequenas propriedades de até 12 hectares). A diferenciação decorre também pelo tributo: Imposto Territorial Rural (ITR) e IPTU, mas há os que associam à presença do asfaltamento, concentração de residências e de acordo com a atividade que realizam (se trabalham no campo ou na cidade).

Entre os respondentes, 33 (70%) apontaram como urbano, 13 (27%) como rural e um (3%) identificou como rural e urbano (neste caso a moradora relatou que a casa era no urbano e no fundo, onde criava animais, era rural). As diferenças entre os distritos em termos de estrutura fundiária também acarretam em distintas visões que os moradores elaboram sobre o lugar em que vivem. Em Jamaica observa-se a presença de pequenas propriedades rurais e em Jaciporã há mais trabalhadores rurais, parceiros e meeiros até a década de 1990 e diaristas (trabalhadores temporários) a partir de então. Nesse sentido, em Jamaica, frequentemente, o local de trabalho é o mesmo local de moradia, já em Jaciporã os trabalhadores se deslocam da residência para o trabalho.

Por um lado, quando os moradores não desempenham mais atividades agropecuárias e/ou se empregam em ocupações urbanas, mas, têm a propriedade da terra, as práticas culturais relacionadas ao rural se mantêm: a chácara ou o sítio torna-se o local de confraternização familiar e conserva-se a horta, o pomar e a criação de pequenos animais, por exemplo. Por outro lado, se os moradores não possuem uma propriedade rural, ou ainda quando as terras são arrendadas para a produção de cana-

de-açúcar, esses hábitos podem se perder com maior facilidade. Não que estejam ausentes, mas se percebe um distanciamento que contribui para a sua identificação com os modos de vida do urbano, embora estes estejam presentes em suas vidas apenas em aspectos pontuais.

Wanderley (2009) expõe que se pode definir o rural “[...] pela predominância dos espaços não construídos (predominância da natureza) e pela condição de pequeno aglomerado, com baixa densidade populacional, no qual prevalecem as relações de proximidade” (p. 72). Podem exercer, deste modo, funções produtivas, residencial e patrimonial. As situações analisadas remetem ao uso residencial para uma população que majoritariamente tem origem rural e empregos urbanos. Sendo assim, a organização espacial volta-se para a valorização dessa função.

Isso significa dizer que a população rural “[...] constrói uma área de circulação – seu espaço de vida – centrada em seu local de moradia, a partir do qual se mobiliza para ter acesso aos bens e serviços necessários” (WANDERLEY, 2009, p. 75). Considerando a realidade de muitas sedes distritais e de municípios de pequeno porte populacional, mesmo com os avanços percebidos em termos de infraestruturas (eletrificação rural, transporte intramunicipal) e serviços (saúde e educação), sua cobertura e qualidade são avaliadas como insuficientes e insatisfatórias (WANDERLEY, 2009).

Não obstante, tais melhorias em bens e infraestruturas, embora limitadas, foram capazes de aprofundar os contatos entre as áreas rurais e as sedes municipais. No nosso caso também entre as áreas rurais dispersas e os distritos e a cidade de Dracena. E diante da diminuição da população, a centralização na sede do município vai se tornando cada vez mais necessária do ponto de vista do planejamento municipal.

Em razão disso é que os habitantes das áreas rurais são aqueles que permaneceram por motivos familiares, laços de vizinhança e devido às limitações de idade, escolarização, gênero e pelo empobrecimento econômico, fatores que agravam as desigualdades na mobilidade espacial produzidas com a decadência econômica. Há uma relação entre as verticalidades – processos que geram as modificações na organização espacial precedente e, por serem seletivos, implicam na perda de seu

dinamismo – e horizontalidades – ações localmente construídas que buscam o fortalecimento do lugar, pela coesão da sociedade civil a favor de interesses comuns (SANTOS, 2002). Em Jamaica e Jaciporã identificadas como a busca de melhor qualidade de vida por meio do fortalecimento da função de moradia e articulação aos serviços prestados por Dracena, sendo estas ações que reiteram os vínculos entre os moradores e o lugar, constituindo sua ruralidade.

Em Jaciporã, chama a atenção o número elevado de relatos de moradores que pagam aluguel, o que os leva a indicarem que a construção de casas populares melhoraria a vida no distrito. Nos trabalhos de campo (2014), levantou-se que o aluguel de uma casa nestas localidades variava de 300 a 450 reais; outra questão referente aos dois distritos é o tratamento de esgoto, o asfaltamento e a necessidade de atendimento médico mais frequente nos postos de saúde, aspectos que constituem a maioria das demandas dos moradores junto à administração central do município.

Para Endlich (2006), em pequenas cidades, a sociedade local se estabelece por meio de vínculos e significações construídas cotidianamente, o que gera as especificidades nas políticas locais, marcadas pelo estreitamento e pessoalidade, assim prevalecem os interesses em comum e há pouco espaço para demandas conflitivas, sendo que estas costumam entrar em cena apenas nas ocasiões de eleição.

A condição de estarem submetidos à administração central do município significa que, tanto os subprefeitos quanto os próprios moradores, não se apropriam do comando das dinâmicas espaciais dos distritos, o que não é exclusividade dessa escala. Encadeadas, cada instituição (da municipal à nacional), respondem por escalas mais amplas de poder. Sobre esse aspecto, Endlich (2006), com base em Smith (1992), destaca que é preciso se inserir politicamente num espaço para alcançar a atuação sobre demais dimensões geográficas:

[...] a apropriação efetiva do espaço local é condição fundamental para a sociedade atuar em outras escalas, como forma de resistência, num momento em que a acumulação capitalista e sua institucionalização política adquirem um ponto inédito de controle e comando dos espaços e de suas respectivas sociedades (ENDLICH, 2006, p. 308-309).

Para Smith (2000), a escala é “uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação” (p. 142). A produção de cada lugar implica na produção da escala, que é o critério de diferença entre os distintos tipos de lugares, implicando na quantidade e qualidade das relações que exercem com outros espaços. Isso significa dizer que distritos como Jamaica e Jaciporã e seus moradores estão envolvidos em processos que limitam suas interconexões a um número reduzido de lugares em relação, por exemplo, à Dracena, que apresenta mais interligações, ainda que, igualmente, outros movimentos limitem sua escala.

Além das tramas político-administrativas, há diferentes elementos que influenciam na produção da escala – que vai do corpo às fronteiras globais –. Nos distritos foi verificado, considerando as características da amostra, que os moradores possuem idade avançada (cerca de 50% nos dois distritos tem mais de 55 anos), baixa escolarização (aproximadamente 55% tem apenas quatro anos de escolarização) e são, em sua maioria, constituída de mulheres (68% em Jaciporã e 73% em Jamaica), aspectos que contribuem para a restrição no alcance da escala diante das desigualdades da nossa sociedade (SMITH, 2000).

Endlich (2006 p. 420) explica que essa não apropriação do espaço mostra-se “[...] tanto por aqueles que não mais conseguem permanecer em determinadas localidades [...] como também por meio dos que ficam, mas cuja condição social e política não alcançam intervir”. A autora, analisando as questões políticas das pequenas cidades, agravada na escala distrital, indica que é necessário pensar em formas de atuação em escalas amplas, para que a sociedade local possa estar representada nestas dimensões. Smith (2000) indicou que a escala tem uma natureza ambígua: de exclusão e restrição e de expansão e inclusão, em outras palavras, enquanto têm sua dimensão de vida e reprodução reduzidas, os grupos e sujeitos sociais têm a possibilidade de ampliar os limites impostos.

Esses limites são agravados pela condição (não autônoma) político-administrativa dos distritos, em conjunto com o pequeno número de habitantes e atividades econômicas desenvolvidas e as condições sociais dos moradores. Teló e De David (2012), numa investigação sobre o distrito de Arroio do Só (Santa Maria/RS), averiguaram que o êxodo rural implicou no empobrecimento das relações políticas

devido a alguns obstáculos: “[...] falta de pessoas para a realização de tarefas, os limites na comunicação em função da distância entre os vizinhos e ainda o fato de o número de votos no distrito ter pouco peso em relação ao total de votantes do município” (p. 13).

Os diversos tipos de segregação e as vulnerabilidades sociais que acometem a população rural são agravados pela fraca relação com o poder municipal, uma vez que, o (relativo) distanciamento espacial e o político dificultam as articulações e impedem que os sujeitos sociais alcancem grande representatividade junto ao poder público. Como é explicitado na queixa da Sra. A. L., que reside em Jamaica:

A: Não, eles [o prefeito e os vereadores] só lembram daqui do distrito quando precisam ou quando tem alguma festa, tá, que aí eles vem, arrumam pra dizer que tá tudo bem e aí se esquece, ah aí vem aqui promete e só fica na promessa (Entrevista com a Sra. A. L., 57 anos, Moradora de Jamaica - Trabalho de Campo - 2014).

Monastisky et al (2009) estudaram os distritos dos municípios da Região dos Campos Gerais no Paraná a partir das relações com o poder público municipal, e destacaram as queixas e solicitações por serviços e infraestruturas básicas: energia, água, tratamento de esgoto, comunicações, transportes, equipamentos de lazer/entretenimento/cultura, serviços públicos de saúde, correio, internet, segurança etc., em síntese, demandas por condições mínimas de qualidade de vida.

Bremaeker (1993), por sua vez, realizou uma pesquisa em municípios recém-implantados e entre as razões indicadas para iniciar o processo emancipatório, o “descaso por parte da administração do Município de origem” (p. 05) foi a razão indicada por 62,9% dos 62 prefeitos participantes. As reivindicações dos moradores de Jamaica e Jaciporã não se dão no mesmo sentido, mas, este dado confirma que os distritos municipais recebem pouca ou nenhuma atenção das prefeituras, levando Monastisky et al (2009) a classificá-los como “a escala esquecida”, por ser desprivilegiada nas políticas públicas, aspecto que não deixa de ser percebido pelos moradores: “M: Aqui, por parte de Dracena, fica esquecido pra falar a verdade, esquecido...completamente” (Entrevista com a Sra. M., 42 anos, Moradora de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

A ausência de serviços e infraestruturas relacionados às “modernidades” é um dos fatores que permite com que o caráter urbano, atribuído pelo poder público às localidades desse tipo, seja questionado. O não cumprimento de funções básicas como as citadas, evidencia a fragilidade que o critério utilizado para sua determinação na qualidade de urbano possui. Além disso, não permite aos núcleos concentrarem população ou atraírem investimentos que estimularia o desenvolvimento de atributos urbanos, tal qual convencionados nas Ciências Sociais.

Contudo, essa delimitação, de certo modo, potencializa as reivindicações dos moradores, principalmente porque os espaços rurais ainda são, em parte considerável do país, marcados pela exclusão e marginalidade de sua população em relação ao acesso aos serviços básicos e, muitas vezes, as mobilizações para o requerimento por determinados tipos de infraestrutura, quando existem, estão relacionadas à produção agropecuária e demais tipos de melhorias são buscadas individualmente. Para Santos (2001), sob a mesma base técnica que sustenta a produção de desigualdades, se pode empreender novos objetivos a serviço de outros fundamentos sociais e políticos.

Entre as iniciativas de reivindicação por melhorias no espaço em que vivem averiguou-se que estão mais presentes em Jaciporã na manutenção e qualidade das vias, na implantação de tratamento de esgoto, de policiamento e atendimento médico permanente. No ano de 2014, a prefeitura de Dracena lançou o programa “Prefeito presente”, referente ao plano de gestão da atual administração, com o objetivo de ouvir diretamente as demandas da população. Num primeiro momento, o projeto consistiu em visitas do Poder Executivo aos bairros e distritos. Em Jamaica e Jaciporã, como consta nos jornais locais, a ação resultou no compromisso em cumprir com as reivindicações feitas pelos moradores, a começar pelo asfaltamento - que no momento em que os trabalhos de campo foram realizados, estava em andamento em algumas ruas (PORTAL REGIONAL, 2014a; 2014b).

Também em 2014, a gestão municipal destinou verbas do Governo Federal para a construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS) nos dois distritos - as obras estão em andamento (2015) - e em 2015 foi anunciada a construção de 50 casas populares em cada um dos distritos, numa parceria do município com o Governo do Estado de São Paulo - por meio da Secretaria da Habitação e da

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) (PORTAL REGIONAL, 2015a; 2015b). Essas ações evidenciam que a função residencial é a principal nos distritos, pois, é reconhecida pelo poder público a partir das demandas dos moradores.

Considerações finais

A investigação de Mestrado abarcou uma dupla preocupação: a análise das dinâmicas do setor agropecuário da Região de Dracena – localizada no extremo Oeste do Estado de São Paulo – e suas consequências nos distritos analisados e uma discussão dos aspectos formais que envolviam o recorte espacial escolhido, em outras palavras, a delimitação do que é um distrito municipal no contexto brasileiro.

Primeiramente, para ir além da definição formal de distritos partiu-se do reconhecimento dos processos de formação de diferentes tipos de povoado na história brasileira, de modo a analisar os distritos como espaços construídos nos movimentos de expansão capitalista, o que permite refletir também sobre a geração de desigualdades espaciais e os diferentes papéis que são imputados aos espaços, gerando hierarquias. Contribui nesse sentido a ação normalizadora do Estado e seu poder de delimitação e categorização sobre o espaço nacional, sendo o Decreto-Lei 311 de 1938 o exemplo mais emblemático desse movimento, sobretudo, por seu significado no contexto em que foi implementado e as decorrências que se nota até o presente.

Ao adotar o recorte regional-local a fim de compreender os rebatimentos das alterações verificadas no desenvolvimento da agropecuária em âmbito regional nos distritos municipais, foi possível visualizar que as consequências da decadência do café provocaram, primeiramente, a diminuição da população vivendo nos distritos e, principalmente, no entorno – áreas do rural disperso. Com isso Jamaica e Jaciporã passam a se caracterizar pela baixa densidade populacional, econômica e de redes técnicas, pois perdem as funções relacionadas à organização do espaço agrícola do complexo cafeeiro.

Há, então, processos de reestruturação que vão desde a economia à vida cotidiana da população. A expansão da cana-de-açúcar é proeminente no município, entretanto, as características atuais desse

tipo de produção, ou seja, o arrendamento de terras de terras, mecanização da lavoura e crescente qualificação exigida aos funcionários, não teve os efeitos esperados por parte da população dos distritos, que era a geração de muitos empregos.

Nesse sentido, o setor privado atua seletivamente nos distritos no que diz respeito ao uso dos espaços ao longo do tempo, tendo as sedes se desvalorizado, enquanto que o espaço agrícola circundante é disputado e inserido em dinâmicas relacionadas a outras escalas. Tal seletividade é notável também em relação à inclusão dos moradores como consumidores, haja vista, a instalação e funcionamento de serviços de comunicação por grandes empresas, por exemplo, ao passo que estão em condições inferiores no mercado de trabalho e com pouco poder de negociação com os empregadores.

Em síntese, a pesquisa permitiu classificar os distritos como espaços rurais não agrícolas e integrados precariamente ao urbano. Nos distritos de Jamaica e Jaciporã, os processos de refuncionalização e as estratégias “solidárias” da população constroem um sentido de ruralidade que ultrapassa o agrícola, levando a se configurarem como destinados ao uso residencial e de prestação de serviços públicos.

Diante disso, as principais ações que qualificam a função de moradia dos distritos advêm do setor público. Da mesma maneira, as ruralidades nos distritos passaram a se desenvolver em torno dos hábitos relacionados a esta função, entre os quais: a proximidade entre os habitantes; as estratégias e ajuda mútua para enfrentar as dificuldades e a precariedade de serviços públicos e privados; e a organização política para reivindicar melhorias.

Em conclusão, aponta-se que as mudanças verificadas no setor agropecuário regional influem diretamente nessas questões, de modo que, os distritos não são espaços selecionados para o desenvolvimento de funções relacionadas às novas atividades, tanto pelas características inerentes à produção de cana-de-açúcar no período atual, quanto em razão da rigidez de seus objetos e por características de sua população – reduzida e envelhecida. Nesse sentido, os moradores, que têm uma escala limitada de ação, buscam estratégias para tornar a vida nos distritos mais amena diante dos problemas advindos da estagnação populacional e econômica, bem como, do distanciamento político.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A. As cidades. In. AZEVEDO, A. (Org.) Brasil: a terra e o homem. São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970. p. 211- 282.
- BACELAR, T. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In.: SANTOS JÚNIOR, O. A. et al. (Org.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003. p. 01-10.
- BECKER, B. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, ano 40 n.1, jan./mar. 1978. p. 111-122.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 02 de Março de 1938.
- BREMAEKER, F. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. Revista de Administração Municipal, v. 40, n. 206, p. 88-99, jan./mar. 1993.
- ELIAS, D. de S. Globalização e agricultura. São Paulo: Edusp, 2003.
- ENDLICH, A. M. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.
- FERRACINI, R. A. L. Ensaios de Geografia Humana na Obra de Aroldo de Azevedo. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008, Rio Claro: Anais... Rio Claro: SIMPGEO-SP, 2008. p. 427-439.
- FERREIRA, Y. N. O papel dos distritos na estruturação da fronteira e o seu significado urbano. Geografia (Londrina), Londrina, v. 6, p. 55-55, 1990.
- GIL, I. C.. Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Presidente Prudente: 2007. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.
- HESPANHOL, R. A. M. Decadência da cafeicultura e pequenas propriedades rurais: alternativas econômicas na Microrregião Geográfica de Dracena-SP. XLV CONGRESSO DA SOBER: Conhecimentos para Agricultura do Futuro, 2007, Londrina. Anais... Londrina: SOBER, 2007. p. 01 -17.
- _____. Mudanças na estrutura produtiva e seus efeitos populacionais na Raia Divisória São Paulo - Paraná - Mato Grosso do Sul. In. PASSOS, M. M. (Org.). A Raia Divisória São Paulo - Paraná - Mato Grosso do Sul (Cenas e Cenários). São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 253-287.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 Out. 2014.
- _____. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 (série histórica). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 Set. 2015.
- _____. Contagem da População, 1996. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 Set. 2015.
- _____. Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

- LEÃO, C. S. A inserção das pequenas cidades na rede urbana: o caso das cidades da Região de Governo de Dracena-SP. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2011.
- LENCIONE, S. Aroldo de Azevedo: um geógrafo da Universidade de São Paulo. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB-São Paulo, n.92, p. 37-49, 2012.
- MARX, M. Cidade no Brasil terra de quem? São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.
- MONASTISKY, L. B.; ALBUQUERQUE, E. S.; BAUCHROWITZ, L.; LIMA, J. A “Escala Esquecida”: modernização e políticas públicas nos distritos municipais. Temas & Matizes, Cascavel, v. 8, n. 16, p. 8-23, 2009.
- MONBEIG, P. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec/Polis, 1985 [1952].
- NUNES, C.C N; PINTO, V. P. S. Campo, cidade, urbano e rural: categorias e representações. IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFF, 2009. p. 1-20.
- PAZERA JÚNIOR, E. A contribuição francesa e anglo-saxã na formação do pensamento geográfico brasileiro. Boletim de Geografia- UEM, Ano 06, n. 1, junho de 1988, p. 33-36.
- PETRONE, P.. Povoamento e colonização. In. AZEVEDO, A. (Org.). Brasil: a terra e o homem. São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970. p. 127- 158.
- PINA, J. H. A.; LIMA, O. A.; SILVA, V. P. Município e distrito: um estudo teórico. Campo-território. v. 3, n. 6, p. 125-142, ago. 2008.
- PINTO, G. J. Do sonho à realidade: Córrego Fundo-MG – Fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte. 2003. 253 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.
- PORTAL REGIONAL Atrasos nos repasses federais paralisa obras das UBS.
<<http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=69204>>. 06 de Outubro de 2015b. Acesso em: 08 nov. 2015.
- _____. Moradores de Jamaica recebem Programa Prefeito Presente. 22 de Março de 2014a. Disponível em:
<<http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=489527>>. Acesso em: 08 nov. 2015
- _____. Pedretti participa de reunião com representantes da CDHU e empresas sobre andamento dos projetos de 405 casas populares. 22 de Setembro de 2015a. Disponível em: <<http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=68691>>. Acesso em: 08 nov. 2015.
- _____. Prefeitura lança o projeto Prefeito Presente em Jaciporã amanhã. 20 de Fevereiro de 2014b. Disponível em:
<<http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=48042>>. Acesso em: 03 fev. 2015.
- QUEIROZ, M. I. P. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, Vol. 1. SP: Difel, 1975. p. 155-189.
- RIBEIRO, F. V. Fragmentação administrativa territorial: notas para a construção de um debate sobre a criação de municípios. Cidades, Presidente Prudente: Grupos de Estudos Urbanos, v. 7, n. 12, p. 291-304, 2010.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos).
- _____. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2005. (Coleção Milton Santos).

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, R. L. B. R. Patrimônios: espaço e lugar, estudo das vilas de Cibele e Caiçara e seus conteúdos. 2008. 234 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica. IN: ARANTES, A. A. (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. p. 132-159.

TELÓ, F.; DAVID, C. O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria/RS, Brasil. Mundo Agrário, Buenos Aires, v. 13, n. 25, p. 1 -13, 2013.

WANDERLEY, M. N. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.60-85, 2009.